



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Jacuizinho

Rua Eloí Tatim da Silva, 407 - Fone (55) 3629-1087 - CNPJ 04.217.901/0001-90

Município de Jacuizinho/RS

Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2024

Processo nº 021/2024

Tipo de julgamento: menor preço por item

Modo de disputa: aberto

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, TANQUE DE COMBATE A INCÊNCIDO E CAMINHÕES.

Prefeito Municipal do MUNICÍPIO DE JACUIZINHO/RS, Sr. Diniz José Fernandes, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais nº 101/2021 e 01, 02, 03/2024.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br no **dia 28 de março, às 9h**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 8h30min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para fornecimento dos seguintes itens, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I):

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/adesao/fornecedor>.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio



de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

3.2.2. Que cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

3.2.4. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre



ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 O licitante que apresentar a melhor proposta, durante a etapa competitiva, será convocado para apresentar os documentos de habilitação, em prazo a ser definido pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas.

5.1.1 Os documentos devem ser apresentados através de upload em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado.

5.2 São exigidos os documentos de habilitação abaixo discriminados.

5.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como objeto contratual;

c) prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

h) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que pretende usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a comprovação de enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração expressa atualizada ou Certidão Simplificada, ambas com data de expedição de até 06 (seis) meses anteriores à data da licitação, informando que a mesma se enquadra nesta condição.

i) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal:

a) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos dos anexos ao Decreto Federal nº 4.358, de 5 de setembro de 2002.

5.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.5.1. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

5.5.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.



5.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

- para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \text{índice mínimo: (1)}$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} = \text{índice mínimo: (1)}$$

$$\text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \frac{\text{PC} + \text{PELP}}{\text{AT}} = \text{índice máximo: (1)}$$

OBS: A licitante deverá apresentar documento com a referida fórmula devidamente assinada pelo contador. Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

5.5.4. Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

5.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.5.6. Deverá ser apresentado contrato/certificado/carta de concessão do fabricante com a empresa licitante.

5.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

5.4.1. Cópia autenticada ou via original de Atestado de capacitação técnico-operacional, em nome da empresa, fornecido por pessoa Jurídica de direito público ou privado, de que executou satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado;

6. VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;



- pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- contiverem vícios insanáveis;
- não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não



for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.7.2. Serão aceitos lances com até 02 (duas) casas decimais depois da vírgula.

8.7.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

8.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9. MODO DE DISPUTA

9.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no presente edital.

- A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

- Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

- Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

- Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos



dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- empresas estabelecidas no território do Estado Rio Grande do Sul;
- empresas brasileiras;
- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 2.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado neste edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1 Os documentos de habilitação, enviados, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração de (ME, EPP...) exigida neste Edital, e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.



13. RECURSO

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- julgamento das propostas;
- ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.



15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

15.6. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

15.7. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

15.9. Deverá ser prestado treinamento prático aos servidores municipais que realizam a operação no equipamento, e, também, treinamento prático aos servidores municipais que realizam a manutenção no equipamento, por conta da empresa vencedora do certame licitatório.

15.10. A licitante deverá possuir corpo técnico e realizar assistência técnica “in loco”, no Parque de Máquinas do Município de Jacuizinho/RS, em caso de apresentação de falhas ou problemas, por conta da empresa vencedora do certame licitatório.

15.11. Quando a assistência não for possível ser realizada diretamente no Parque de Máquinas do Município de Jacuizinho/RS, será encaminhado ao local para manutenção ou prestação de assistência técnica.

15.12. A empresa deverá apresentar no momento da entrega, cópia autenticada ou via original de certificado de garantia do equipamento ofertado pelo prazo mínimo de doze (12) meses, independente de horas trabalhadas, sob pena de retenção do pagamento até a devida regularização.

15.13. A empresa deverá apresentar no momento da entrega, cópia autenticada ou via original de declaração de local para manutenção ou prestação de assistência técnica, em virtude de falhas ou problemas, quando o mesmo não for possível ser realizado diretamente no Parque de Máquinas do Município de Jacuizinho/RS, sob pena de retenção do pagamento até a devida regularização.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 12 meses.

17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na seguinte dotação orçamentária:

Código Despesa	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Recurso	
5243	0401	1090000	449052000000	1721	Transferencia da União Referentes a Cessão onerosa



Código Despesa	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Recurso	
1788	0401	1090000	449052000000	1500	Recurso não vinculado de Impostos

Código Despesa	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Recurso	
5721	0802	2052000	339039000000	1709	Transferencia da União Referentes a Compe ANEEL - Recursos Hidricos.

Código Despesa	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Recurso	
5695	0401	1008000	449052000000	1709	Transferencia da União Referentes a Compe ANEEL - Recursos Hidricos.

Código Despesa	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Recurso	
5700	0802	1022000	449052000000	1709	Transferencia da União Referentes a Compe ANEEL - Recursos Hidricos.

17.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.3 O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 15 (quinze) dias úteis da entrega total do(s) produto(s).

17.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

18 RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias após emissão de nota de empenho e solicitação de entrega, e deverão ser entregues na Rua Avenida Dona Vanda, nº407, centro, Rua Eloi Tatim da Silva.

18.3. Verificada a desconformidade do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

18.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.



18.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

18.6. O objeto do presente contrato será recebido:

18.7. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo **CONTRATANTE**, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis da entrega do objeto, pela **CONTRATADA**, mediante recibo.

18.8. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis do recebimento provisório.

18.9 O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a **CONTRATADA** de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

19 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.1. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

19.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de



outras sanções, conforme previsto no item 20.1 do presente Edital.

19.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.12. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 20.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

20.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas www.portaldecompraspublicas.com.br.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Jacuizinho

Rua Eloí Tatim da Silva, 407 - Fone (55) 3629-1087 - CNPJ 04.217.901/0001-90

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

21.2 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

21.3 A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

21.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Salto do Jacuí, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Jacuizinho/RS, 14 de março de 2024.

DINIZ JOSÉ FERNANDES
PREFEITO MUNICIPAL DE JACUIZINHO



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Jacuizinho

Rua Eloí Tatim da Silva, 407 - Fone (55) 3629-1087 - CNPJ 04.217.901/0001-90

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 007/2024

Município de Jacuizinho/RS

Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2024

Processo nº 021/2024

Tipo de julgamento: menor preço por item

**Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente e
Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços urbanos**

1. OBJETO:

1.1. Tem o presente instrumento por objeto, a contratação de empresa para aquisição de implementos agrícolas, tanque metálico cilíndrico com bomba lobular e caminhões, conforme abaixo especificado:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	UNIDADE	VALOR máximo
01	ANCINHO COM FUNÇÃO DE ENLEIRAR E ESPALHAR A FORRAGEM COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS APROXIMADAS: LARGURA DE ESPALHADOR/ENLEIRADOR 3,0 LARGURAS DA FILA ÚNICA 3,0M LARGURA PARA LINHA DUPLA 6,0M/3 PASSAGENS LARGURA DE TRANSPORTE 2,8M. PESO 300KG, ROTAÇÃO NA TDP 350-540 RPM ENGATE CAT I E II, PNEUS 15X6,00 APROX, CAPACIDADE MÁXIMA 3HÁ/H POTÊNCIA MÍNIMA DA TPD 15 HP	01	UND	R\$37.000,00
02	ENSILADEIRA, POTÊNCIA DA TDP (CV) DE 65 A 95, ESPAÇAMENTO ÁREA TOTAL, NÚMERO MÍNIMO DE FACAS/LANÇADORES 12/JUN, PICADO DE 24 (2 A 36MM), NUMERO DE ROTORES 01, CAIXA DE NO MÍNIMO 04 ROLOS, TRANSMISSÃO DE CARDAN, ROTAÇÃO MÍNIMA DE 540RPM, ACIONAMENTO DO GIRO DA BICA HIDRÁULICO, SISTEMA QUEBRA JATO HIDRÁULICO.		UND	R\$58.666,00
03	TANQUE METÁLICO CILÍNDRICO COM BOMBA LOBULAR PARA ÁGUA COM AS SEGUINTEES CARACTERÍSTICAS		UND	R\$122.050,00



<p>MÍNIMAS: TANQUE CILÍNDRICO FIXO EM CHAPA DE AÇO ESPESSURA MÍNIMA DE 4,75 MM. INSTALADO EM CHASSI DE CAMINHÃO ATRAVÉS BASE INTEIRIÇA DE PERFIL ENRIJECIDO E GRAMPOS LATERAIS. PINTURA INTERNA A PÓ EPÓXI, PINTURA EXTERNA A PÓ POLIÉSTER. VÁLVULA DE ALÍVIO PARA PRESSÃO. VÁLVULA DE VÁCUO. CARRETEL COM MANGUEIRA HIDRÁULICA 1" E 30 METROS DE COMPRIMENTO COM BICO REGULÁVEL. PLATAFORMA SUPERIOR COM ESCADA DE ACESSO PARA O OPERADOR DO CANHÃO MONITOR. INDICADOR DE NÍVEL. CANHÃO MONITOR 2.1/2" COM ESGUICHO COM BICO REGULÁVEL. TAMPA DE INSPEÇÃO SUPERIOR COM 400 MM DE DIÂMETRO. TAMPA DE INSPEÇÃO TRASEIRA COM 550 MM DE DIÂMETRO COM REGISTRO DE ESFERA 1.1/2". BOMBA LOBULAR AUTOESCORVANTE COM ACOPLAMENTO PARA MOTOR HIDRÁULICO COM VAZÃO DE 60M³ /H E PRESSÃO DE 8KGF/CM², ACIONAMENTO DE BOMBA POR MOTOR HIDRÁULICO ATRAVÉS DE COMANDO HIDRÁULICO PARA REVERSÃO (CARGA E DESCARGA). TANQUE RESERVATÓRIO COM ÓLEO PARA SISTEMA HIDRÁULICO COM FILTRO DE RETORNO. TROCADOR DE CALOR AR/ÓLEO PARA REFRIGERAÇÃO DO ÓLEO HIDRÁULICO. ACIONAMENTOS DIRETAMENTE NA CABINE DO CAMINHÃO. PARA-LAMAS, PARA-CHOQUES, APARA BARROS E PROTETORES LATERAIS CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE. ACESSÓRIOS: UMA MANGUEIRA DE CARGA 4" COM 5,5M; UMA MANGUEIRA DE ESGUICHO 1.1/2" COM 6 M COM BICO REGULÁVEL; BICO LEQUE ASPERSOR TRASEIRO 4"; CAIXA DE FERRAMENTAS. O EQUIPAMENTO DEVE SER INSTALADO PELA EMPRESA VENCEDORA NO CAMINHÃO DESIGNADO, SEM CUSTOS</p>			
---	--	--	--



	<p>PARA O MUNICÍPIO, COM RELAÇÃO A SUA INSTALAÇÃO OU TRANSPORTE DO MESMO ATÉ A FÁBRICA PARA A SUA MONTAGEM.</p> <p>O TANQUE DEVE POSSUIR CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE NO MÍNIMO 8 .000 (DEZ MIL) LITROS.</p> <p>TOMADA DE FORÇA MULTIPLICADA PARA CAMINHÃO VOLKWAGEM 17210, ANO 2002</p>			
04	<p>CAMINHÃO NOVO 6X2, ZERO KM, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO 2024, MOTOR MOVIDO Á ÓLEO DIESEL, COM 06 (SEIS) CILINDROS, TURBOCOOLER, COM POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR DE 250 CV, TORQUE DE 950NM, CAIXA CÂMBIO MANUAL DE 6(SEIS) MARCHAS À FRENTE E 1 MARCHA RÉ, EMBREAGEM COM DIÂMETRO DE 395MM, CABINA EM AÇO, QUEBRA SOL EXTERNO, GRADE DE PROTEÇÃO RADIADOR, REDUZIDO, ARCONDICIONADO, SUSPENSÃO DIANTEIRA COM AMORTECEDORES COM MOLAS PARABÓLICAS E BARRA ESTABILIZADORA, SUSPENSÃO PADRÃO DO FABRICANTE, 3º EIXO COM LEVANTE PNEUMÁTICO, PARA-CHOQUE CURTO METÁLICO NA COR DO VEÍCULO, CHASSI TIPO ESCADA, RODAS E PNEUS 275/80R 22,5, 4 PNEUS PARA USO MISTO NA TRAÇÃO, FREIOS A TAMBOR RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS COM ABS+EBD+ATC+HSA(ASSISTÊNCIA DE PARTIDA EM RAMP) FREIO MOTOR PADRÃO DO FABRICANTE, TANQUE COMBUSTÍVEL 275 LITROS, TANQUE DE ARLA DE 60 LITROS, ENTRE-EIXOS MÍNIMOS 4.800 MM, PBT TOTAL LEGAL 23.000KG, CMT(CAPACIDADE MÁXIMA E TRAÇÃO) – 35.000KG, TACOGRAFO, ESTEPE, SOM, E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PARA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO. GARANTIA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA PRIMEIRA DA NOTA FISCAL POR CONCESSIONÁRIO</p>		UND	R\$700.000,00



<p>AUTORIZADO PELO FABRICANTE. NOTA FISCAL EMITIDA POR CONCESSIONÁRIO AUTORIZADO PELO FABRICANTE DA MARCA. EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE APROXIMADA DE 12M³ NAS DIMENSÕES DE 5X2X2,6X1,00 M, COM PROTETOR DE CABINE, ASSOALHO EM CHAPA SAE 6,35 MM, TAMPA TRASEIRA TIPO PORTÃO BASCULANTE, LATERAIS EM CHAPA SAE 4,75MM, COM REFORÇO TIPO COSTELA EM CHAPA SAE 4,75MM, COM TRAVESSAS MAIS PRÓXIMAS, REFORÇO TRASEIRO NA PARTE INFERIOR E NAS LATERAIS DA CAIXA E SUPERIOR DAS CAIXAS NAS LATERAIS, ESTRUTURA DO CHASSIS E TRAVESSA PERFIL “U” DE CHAPA DE SAE 8,00 MM DE AÇO ESTRUTURAL EMBUTIDO EM PERFIL “U” DE CHAPA SAE 6,35 MM, SOBRE CHASSIS E TRAVESSAS EM PERFIL “U” EM CHAPA SAE 6,35 MM, EMBUTIDO EM PERFIL “U” EM CHAPA SAE 6,35 MM, EQUIPADO COM PISTÃO FRONTAL, TOMADA DE FORÇA, CIRCUITO HIDRÁULICO COMPLETO, CAIXA DE FERRAMENTAS, PARALAMAS ENVOLVENTES, ESCADA FRONTAL, BARRICA D’AGUA, PARACHOQUE, PADRÃO INMETRO, FAIXAS REFLETIVAS, PINTURA NA COR DO CAMINHÃO COM FUNDO ANTICORROSIVO, ACABAMENTO EM LINHA SINTÉTICA INDUSTRIAL E DEMAIS ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS, DEVIDAMENTE INSTALADA NO VEÍCULO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM; OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS NÃO TERÃO CUSTO PARA O MUNICÍPIO: AS 02 (DUAS) PRIMEIRAS REVISÕES PREVENTIVAS CONFORME PLANO DE MANUTENÇÕES PREVISTO NO MANUAL DO VEÍCULO, INCLUINDO MÃO DE OBRA, TROCA DE ÓLEO(S), FILTROS, LUBRIFICANTES E DEMAIS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS NAS REVISÕES; A CONTRATADA DEVE PROVIDENCIAR AS REVISÕES</p>			
---	--	--	--



	<p>PREVENTIVAS SEM CUSTO PARA O MUNICÍPIO PELO PERÍODO SOLICITADO DAS DUAS REVISÕES, OU SEJA, DEVEM ENVIAR PROFISSIONAIS AO MUNICÍPIO PARA ATENDEREM AO EXIGIDO SEM PREJUÍZO SOBRE A GARANTIA, E/OU SE NECESSÁRIO, PROVIDENCIAR A REMOÇÃO DO VEÍCULO ATÉ A ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA DE SUA LIVRE ESCOLHA (SEM CUSTO AO MUNICÍPIO) DENTRO DO PERÍODO DAS REVISÕES ACIMA MENCIONADAS, OU ARCAR COM OS CUSTOS DE DESLOCAMENTO (COMBUSTÍVEL, DIÁRIAS, ETC...) DO VEÍCULO ATÉ A AUTORIZADA MAIS PRÓXIMA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DA PRIMEIRA E SEGUNDA REVISÃO. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ COMPROVAR ATRAVÉS DE CONTRATO DE CONCESSÃO DO FABRICANTE COM A CONCESSIONÁRIA RESPONSÁVEL PELA ASSISTÊNCIA TÉCNICA. O CAMINHÃO DEVERÁ SER EMPLACADO E DOCUMENTADO EM NOME DO MUNICÍPIO DE JACUIZINHO/RS.</p>			
05	<p>CAMINHÃO NOVO 0KM, ANO 2024, TRACIONADO 6X4, MOTOR DE 6 CILINDROS, POTENCIA DE 260 CV IGUAL OU SUPERIOR, A DIESEL, COM VOLUME/CILINDRADA DE NO MÍNIMO 6.8 LITROS/ 6.870 CM3, CAIXA DE CÂMBIO AUTOMATIZADA DE 12 MARCHAS E FRENTE E 2 A RÉ, TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO 275 LITROS, PNEUS MÍNIMO 275//80R, 22,5 PARA USO MISTO, PBT DE 23.000 KG E CMT DE 42.000 KG, DISCO DE EMBREAGEM DE 430MM, DISTANCIA DE ENTRE EIXOS MINIMO 3440MM, COM TACÓGRAFO ELETRÔNICO, COM AR CONDICIONADO DE FÁBRICA, REVESTIMENTO DOS BANCOS EM VINIL, BLOQUEIO DO DIFERENCIAL, FREIO DE SERVIÇO A TAMBOR NAS QUATRO RODAS COM SISTEMA ABS/EBD/ASR E ASSISTENCIA DE PARTIDA EM RAMPA, SINALEIRAS TRASEIRA EM LED, E DEMAIS</p>		UND	R\$755.000,00



<p>EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM. EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE STANDART COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 12 M³, COM UM CILINDRO HIDRÁULICO FRONTAL COM NO MÍNIMO 4 ESTÁGIOS, BOMBA HIDRÁULICA, TOMADA DE FORÇA, MANGUEIRAS E CONEXÕES, CHASSI DUPLO EM CHAPA DE AÇO DE NO MÍNIMO 8,00 MM, LATERAIS EM CHAPA DE AÇO DE NO MÍNIMO 4,75 MM, TRAVESSAS EM CHAPA DE AÇO DE AÇO DE NO MÍNIMO 6,35 MM, ASSOALHO EM CHAPA DE AÇO DE NO MÍNIMO 6,35MM, PROTEÇÃO LATERAL, PARA-CHOQUE TRASEIRO HOMOLOGADO CONFORME NORMAS DO INMETRO, ESCADA LATERAL, BARRICA D ÁGUA, CAIXA PARA FERRAMENTAS, PARA-BARROS DE BORRACHA, PINTURA DA CAÇAMBA COM FUNDO EPOX E TUNTA “PU” NA COR PADRÃO DO VEÍCULO, FAIXAS REFLETIVAS LATERAIS, FAIXA REFLETIVA NO PARA-CHOQUE TRASEIRO, COM TAMPA TRASEIRA BASCULANTE E ABERTURA LATERAL E DEMAIS ITENS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM; OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS NÃO TERÃO CUSTO PARA O MUNICÍPIO: AS 02 (DUAS) PRIMEIRAS REVISÕES PREVENTIVAS CONFORME PLANO DE MANUTENÇÕES PREVISTO NO MANUAL DO VEÍCULO, INCLUINDO MÃO DE OBRA, TROCA DE ÓLEO(S), FILTROS, LUBRIFICANTES E DEMAIS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS NAS REVISÕES; A CONTRATADA DEVE PROVIDENCIAR AS REVISÕES PREVENTIVAS SEM CUSTO PARA O MUNICÍPIO PELO PERÍODO SOLICITADO DAS DUAS REVISÕES, OU SEJA, DEVEM ENVIAR PROFISSIONAIS AO MUNICÍPIO PARA</p>			
---	--	--	--



ATENDEREM AO EXIGIDO SEM PREJUÍZO SOBRE A GARANTIA, E/OU SE NECESSÁRIO, PROVIDENCIAR A REMOÇÃO DO VEÍCULO ATÉ A ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA DE SUA LIVRE ESCOLHA (SEM CUSTO AO MUNICÍPIO) DENTRO DO PERÍODO DAS REVISÕES ACIMA MENCIONADAS, OU ARCAR COM OS CUSTOS DE DESLOCAMENTO (COMBUSTÍVEL, DIÁRIAS, ETC...) DO VEÍCULO ATÉ A AUTORIZADA MAIS PRÓXIMA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DA PRIMEIRA E SEGUNDA REVISÃO. O CAMINHÃO DEVERÁ SER EMPLACADO E DOCUMENTADO EM NOME DO MUNICÍPIO DE JACUIZINHO/RS			
---	--	--	--

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de Jacuizinho/RS, possui como base econômica a agricultura e a pecuária de corte e de leite. Por essa característica, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente possui uma elevada demanda de serviços com máquinas e equipamentos agrícolas, especialmente aqueles destinados ao preparo, o plantio e colheita das duas safras anuais (de verão e de inverno). Destaca-se ainda grande procura por serviços do setor de agricultura em duas épocas do ano (janeiro/fevereiro e junho/julho) para a colheita do milho e a produção de silagem, alimento que é armazenado em silos (enterrado o milho verde) para posteriormente ser servido aos animais de engorda (gado de corte) e em lactação (gado leiteiro). Com a produção de silagem, o rendimento dos agricultores aumenta consideravelmente, pois se trata de um alimento barato, de fácil acesso e de boa aceitação por parte dos animais. Dessa forma, faz-se necessário que o município incentive essas práticas e disponha de máquinas e equipamentos adequados para atendimento destas demandas. Outro fator importante que precisa ser considerado é que o município possui uma agricultura familiar muito expressiva, onde as pequenas propriedades rurais predominam sobre as médias e grandes. A Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Meio Ambiente dispõe de alguns equipamentos, porém bastante desgastados, mas que devido à alta demanda e procura, acaba por não conseguir atender de forma adequada os agricultores do município. Considerando a importância do setor agrícola para a economia municipal e a necessidade de fortalecer a agricultura, aumentar a quantidade de renda obtida pelo município proveniente da produção agrícola e pecuária e considerando que a agricultura familiar possui grande importância na economia local e toda a demanda de serviços que são demandados pelos agricultores locais desta forma, julgamos necessária a contratação para viabilizar a execução dos serviços, conforme especificações descritas no Termo de Referência.

A necessidade da aquisição do tanque reservatório de água para combate a incêndio justifica-se pelo fato de o Município não possuir Corpo de Bombeiros ou caminhão de bombeiro em sua frota, e nenhum outro equipamento que possa ser utilizado no combate a incêndios.

O tanque, que será instalado em um caminhão de propriedade do Município, oportunizará considerável diminuição no tempo-resposta no atendimento de ocorrência de sinistros que venham a ocorrer, com agilidade na prestação de serviços aos cidadãos, uma vez que quando



da ocorrência de sinistros, o socorro vem de municípios vizinhos, demorando a chegar, o que impossibilita ou dificulta o controle do fogo.

O equipamento será operado por servidor público devidamente capacitado, por meio de treinamento junto à empresa da licitante vencedora, e será utilizado em casos emergenciais de incêndios, seja em edificações, seja em lavouras e outros.

A aquisição dos caminhões é fundamental para o desenvolvimento das atividades desta secretaria de Obras, para serviços urbanos e rural em várias localidades dentro do município. O que justifica a necessidade do equipamento para assegurar a continuidade dos serviços prestados. Hoje a secretaria esta fazendo a locação de caminhões, por contar com apenas 02 caminhões, que por vezes precisam ir para manutenção, e assim não é suficiente para atender a demanda existente. O objetivo é estar estruturando a Secretaria para que possamos desenvolver as atividades de forma a satisfazer os anseios da população, tudo pelo interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta é realização de um pregão eletrônico para as aquisições para atendimento das demandas apuradas pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente e Secretária de Obras, Viação e Serviços Urbanos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma presencial a, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. O pagamento será efetuado contra empenho, após 15 (quinze) dias do recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na seguinte dotação

Código Despesa	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Recurso	
5243	0401	1090000	449052000000	1721	Transferencia da União Referentes a Cessão onerosa

Código Despesa	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Recurso	
1788	0401	1090000	449052000000	1500	Recurso não vinculado de Impostos

Código Despesa	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Recurso	
5721	0802	2052000	339039000000	1709	Transferencia da



					União Referentes a Compe ANEEL - Recursos Hidricos.
--	--	--	--	--	---

Código Despesa	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Recurso	
5695	0401	1008000	449052000000	1709	Tranferencia da União Referentes a Compe ANEEL - Recursos Hidricos.

Código Despesa	Unidade Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Recurso	
5700	0802	1022000	449052000000	1709	Tranferencia da União Referentes a Compe ANEEL - Recursos Hidricos.

4.4. Os requisitos da contratação se resumem nos padrões mínimos de qualidade descritos no Termo de Referência e nas normas, projetos de normas, especificações. O prazo de garantia é de 12 meses, contados a partir do atestado de recebimento da (s) nota (s) fiscal (is) Secretaria de Secretária de Agricultura, Industria, Comércio e Meio Ambiente e Secretária de Obras, Viação e Serviços Urbanos. Por tratar-se de licitação via Pregão Eletrônico consideramos necessária a apresentação de documentos relativos à qualificação econômico-financeira, limitados ao que determina a Lei de Licitações. O critério de julgamento será o de menor preço por item, conduzindo a uma contratação economicamente mais vantajosa para a Administração.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE GARANTIA, SE HOUVER

5.1. A Contratada deverá garantir a qualidade do objeto, devendo atender a legislação e normas pertinentes. No caso de defeito ou má execução, a Contratada deverá arcar com todas as despesas que por ventura ocorrerem para a realização da troca ou substituição do objeto, sem ônus ao Contratante. A garantia terá início após a entrega e aceite dos mesmos. A garantia compreende todo o objeto.

6. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA.

6.1. Entrega em 30 (trinta) dias após emissão da nota de empenho e solicitação de entrega.

6.2. Local na prefeitura municipal, cito: Rua Eloí Tatim da Silva, CEP: 99.457- 000, Centro, Jacuizinho/RS, livre de frete ou quaisquer despesas adicionais.

7. GESTÃO DE CONTRATO

7.1. A gestão do contratado será realizada conforme o disposto no Decreto Municipal 004/2024 que “Regulamenta as funções da gestão dos contratos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

7.2. A fiscalização do contrato será realizada pelo Secretário Municipal de Agricultura, Industria, Comércio e Meio Ambiente, Sr. Alencar J. Teleken, e Obras, Viação e Serviços Urbanos pelo Sr. Juraci Valdir de Oliveira ou outro que assumir a pasta e vier a substituí-las.

8. FORMAS E CONDIÇÕES DE ESCOLHA DO FORNECEDOR



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Jacuizinho

Rua Eloí Tatim da Silva, 407 - Fone (55) 3629-1087 - CNPJ 04.217.901/0001-90

8.1 O fornecedor será escolhido conforme processo de licitação, sendo por menor preço por item, no portal de compras públicas.

9. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º101/2021 E 001/2024 que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Jacuizinho nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O preço estimado dos itens foi composto a partir de média aritmética obtida através de contratos cadastrados no Licitacon e através de consulta com fornecedores, realizada pelo Setor de Compras que constam em (anexo) ao processo, o preço estimado total para a licitação é de **R\$ 1.725.666,00 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil e seiscentos e sessenta e seis reais).**

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As penalidades pelo não cumprimento do exposto no Edital e Termo de Referência, estão descritas na minuta do edital, ficando de responsabilidade do licitante seu pleno conhecimento.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Salto do Jacuí/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Jacuizinho, 14 de março de 2024.

DINIZ JOSÉ FERNANDES
PREFEITO MUNICIPAL

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

Contrato de n°



Processo licitatório n°

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2024, de um lado o Município de Jacuizinho/RS pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º [...], com sede na Rua Eloi Tatim da Silva, n.º 407, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Diniz José Fernandes inscrito(a) no CPF n.º 243.754.380-53, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º _____, com sede na Rua _____, n.º __, bairro _____, cidade de _____, neste ato representado pelo seu diretor, Sr. _____, brasileiro, maior, inscrito(a) no CPF n.º _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram este contrato, regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** através do edital de licitação n.º 007/2024 e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de 00/00/2024, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS E TANQUE DE COMBATE A INCÊNDIO COM BOMBA LOBULAR**, conforme proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA E LOCAL DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

3.2 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

3.3. O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 15 (quinze) dias úteis da entrega total do(s) produto(s).

3.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

O preço a ser pago pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de _____ conforme a proposta da **CONTRATADA** vencedora da licitação.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da entrega total do(s) produto(s).



Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados **pro rata die**, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTAMENTO

O valor relativo ao objeto contratado não será reajustado pois sua vigência não ultrapassará 12 meses.

CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

9.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.

9.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

9.4. Dentro do prazo previsto no item **9.3**, o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCO

10.1 Os ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação serão alocados da seguinte forma:

1. Identificação de riscos: Risco médio, alto impacto.

a) licitação deserta, atrasos na entrega, aquisição de empresa sem aporte financeiro suficiente para prestação dos serviços, contratada com profissionais desqualificados, não conformidade da execução com as normas vigentes.

2. Aumento de valor de matéria prima: risco baixo, médio impacto.

a) Caso o atraso ultrapasse o tempo razoável estimado pela administração, a mesma poderá seguir para o fornecedor remanescente, ou revogar o presente processo procedendo a uma nova contratação.

b) No aumento de valor de matéria prima ou custos de contratação devidamente comprovado por notas fiscais, poderá reajustar o valor contratual inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11. São obrigações do **CONTRATANTE**:

11.1. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, conforme definido neste contrato.

11.2. Assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do



contrato.

11.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12. São obrigações da **CONTRATADA**:

12.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.

12.2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

12.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

12.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

12.5. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

12.6. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

12.7. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A gestão do contrato será feita observando as regras do Decreto Municipal n.º 004/2024, que “Regulamenta as Funções da Gestão de Contratos”, a fiscalização do contrato é direcionada ao Secretário Municipal da Pasta que requereu a presente compra ou contratação, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021”.

13.2. A gestão do contrato ficará a cargo Portaria 004/2024.

13.3. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. O objeto do presente contrato será recebido:

14.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e



fiscalização, designado pelo **CONTRATANTE**, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis da entrega do objeto, pela **CONTRATADA**, mediante recibo.

14.1.2. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis do recebimento provisório.

14.2. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a **CONTRATADA** de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA DO OBJETO

15.1. A **CONTRATADA** se responsabilizará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo do objeto pelo **CONTRATANTE** em relação a vícios, inclusive ocultos, defeitos ou incorreções identificadas, ficando responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PENALIDADES

16.1. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades:

16.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

16.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

16.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

16.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.

16.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

16.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

16.1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

16.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

16.1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:

16.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

16.1.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

16.1.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

16.1.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

16.1.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

16.2.2. As peculiaridades do caso concreto.



16.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

16.2.4. Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

16.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à **CONTRATADA** defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

16.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo **CONTRATANTE** composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

17. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

17.1. A extinção do contrato poderá ser:

17.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

17.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ENTREGA DO OBJETO CONTRATADO:

18.1. A entrega deverá ser realizada por conta da contratada de forma imediata em até 30 (30) trinta dias consecutivos, contados após emissão de nota de empenho e ordem de entrega.

18.2. Deverá ser prestado treinamento prático aos servidores municipais que realizam a operação no equipamento, e, também, treinamento prático aos servidores municipais que realizam a manutenção no equipamento, por conta da contratada.

18.3. A contratada deverá possuir corpo técnico e realizar assistência técnica “in loco”, no Parque de Máquinas do Município de Jacuizinho/RS, em caso de apresentação de falhas ou problemas, por conta da empresa vencedora do certame licitatório.

18.4. Quando a assistência não for possível ser realizada diretamente no Parque de Máquinas do Município de Jacuizinho/RS, será encaminhado ao local para manutenção ou prestação de assistência técnica por empresa autorizada pelo fabricante, preferencialmente na sede do **CONTRATANTE**, ou em caso de necessidade, a concenssionária indicada pela empresa na proposta a uma distancia máxima de 250km da sede do município de Jacuizinho/RS.

18.5. O equipamento deverá ser entregue diretamente em local indicado pela secretaria solicitante, informado no momento do envio da Autorização de Compras emitida pelo Ministério a que está vinculado.

18.6. O equipamento a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

18.7. A contratada deverá apresentar no momento da entrega, cópia autenticada ou via original de certificado de garantia do equipamento ofertado pelo prazo mínimo de doze (12) meses, independente de horas trabalhadas, sob pena de retenção do pagamento até a devida regularização.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Jacuizinho

Rua Eloí Tatim da Silva, 407 - Fone (55) 3629-1087 - CNPJ 04.217.901/0001-90

18.8. A contratada deverá apresentar no momento da entrega, cópia autenticada ou via original de declaração de local para manutenção ou prestação de assistência técnica, em virtude de falhas ou problemas, quando o mesmo não for possível ser realizado diretamente no Parque de Máquinas do Município de Jacuizinho/RS, sob pena de retenção do pagamento até a devida regularização.

18.9. O não cumprimento do prazo de entrega estabelecido no item 18.1 deste contrato por parte do contratado será precedido com NOTIFICAÇÃO na primeira ocorrência, e em caso de reincidência, a aplicação das penalidades constantes na cláusula décima do presente contrato.

18.10. As despesas com carga, descarga e aquelas relacionadas ou não neste edital necessárias ao fornecimento dos produtos caberão exclusivamente ao contratado

CLÁUSULA DECIMA NONA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Salto do Jacuí, para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Jacuizinho, 14 de março de 2024.

DINIZ JOSÉ FERNANDES

Prefeito do Município de Jacuizinho/RS

CONTRATANTE

Representante legal:

CPF:

CONTRATADA